



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROZIMAR DE ARAÚJO SOUSA

**O USO ABUSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: UM ESTUDO REALIZADO COM
OS POLICIAIS MILITARES NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE
CAMPINA GRANDE/PB**

Campina Grande
2012

ROZIMAR DE ARAÚJO SOUSA

**O USO ABUSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: UM ESTUDO REALIZADO COM
OS POLICIAIS MILITARES NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE
CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Thaísa Simplício Carneiro

Campina Grande
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central ó UEPB

S725u

Sousa, Rozimar de Araújo.

O uso abusivo de bebidas alcoólicas [manuscrito] : um estudo realizado com os policiais militares no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB / Rozimar de Araújo Sousa. ó 2012.

38 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) ó Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

õOrientação: Profa. Ma. Thaísa Simplício Carneiro, Departamento de Serviço Socialö.

1. Serviço Social. 2. Bebidas Alcoólicas - Uso. 3. Segurança Pública. 4. 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB. I. Título.

21. ed. CDD 361

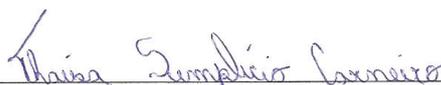
ROZIMAR DE ARAÚJO SOUSA

O USO ABUSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: UM ESTUDO REALIZADO COM OS POLICIAIS MILITARES NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAMPINA GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovado em: 29/11/2012

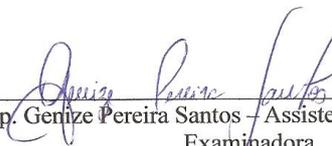
Banca Examinadora



Prof. Msa. Thaísa Simplicio Carneiro – DSS/CCSA
Orientadora



Prof. Msa. Aliceane de Almeida Vieira – DSS/CCSA
Examinadora



Esp. Genize Pereira Santos – Assistente Social/ 2º BPM
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força e coragem para superar os obstáculos enfrentados nesta caminhada e concluir este curso.

Aos meus pais, pelo apoio, incentivo e amor, e sem os quais não seria possível chegar até aqui.

Aos meus irmãos, em especial, Cristina e Luis Carlos, pela paciência em me ouvir nos momentos difíceis que enfrentei nesta caminhada, e participarem ativamente no desenvolvimento deste curso.

A minha orientadora Thaísa Simplício, que me aceitou como orientanda, e por ter contribuído bastante com o seu conhecimento para a concretização deste trabalho. Sem o apoio e presteza da mesma eu não conseguiria realizar este TCC.

À professora Aliceane Almeida e a minha supervisora de campo de Estágio, Genize Pereira, por aceitarem fazer parte da banca. E esta última também, por toda dedicação e apoio concedido durante o período de estágio e na aplicação da minha pesquisa.

Aos policiais, que contribuíram com a realização deste trabalho através de suas entrevistas.

Aos meus colegas de turma, especialmente, Maria Nilda, Djailma e Vitória, que estiveram ao meu lado durante esta caminhada.

As minhas amigas Ednalva e Géssica Daiane, por estarem sempre dispostas a me ouvir e me ajudar.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram, meu **MUITO OBRIGADO!**

LISTA DE SIGLAS

BPM	Batalhão de Polícia Militar
CONAD	Conselho Nacional Antidrogas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
FUNAD	Fundo Nacional Antidrogas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE	8
3 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....	15
4 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O LÓCUS DA PESQUISA: A CARACTERIZAÇÃO DO 2º BPM.....	21
4.1 A pesquisa de campo	22
4.1.1 O perfil dos policiais entrevistados	23
4.1.2 A análise dos dados	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	33
ANEXOS	36

O USO ABUSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: UM ESTUDO REALIZADO COM OS POLICIAIS MILITARES NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAMPINA GRANDE/PB

Rozimar de Araújo Sousa¹

RESUMO

O referido estudo aborda a questão do uso abusivo de bebidas alcoólicas por Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB, buscando analisar como estes sujeitos desenvolveram o uso abusivo de tais substâncias. Para tanto, buscou também traçar o perfil dos Policiais Militares que desenvolveram o uso abusivo do álcool; verificar como a dependência prejudica sua vida social e profissional; identificar as razões que motivaram esses Policiais a procurarem o Serviço Social do 2º BPM; bem como identificar as expectativas dos Policiais Militares para o controle do álcool. Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, que foi realizada junto a 6 usuários acompanhados pelo Serviço Social da instituição, por meio de entrevista semi-estruturada (gravada). Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Com base nos dados obtidos durante a pesquisa pudemos constatar que fatores como problemas familiares, profissionais e influência de amigos foi o que levou os Policiais Militares a ingerirem bebidas alcoólicas. Além disso, detectamos que há uma preocupação do 2º BPM com o referido problema. No entanto, é necessário que as instituições passem a desenvolver cada vez mais ações preventivas voltadas para o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Palavras Chave: Uso abusivo de bebidas alcoólicas. Segurança Pública. Serviço Social.

ABSTRACT

The referred study approaches the question of abusive use of alcoholic drinks by military police men from the 2nd Military Police Battalion of Campina Grande-PB, trying to analyze how these individuals developed the abuse of such substances. For this purpose, it also sought to draw the profile of the police men who developed abusive use of alcohol; verifying how addiction affects their social and professional life; identifying the reasons for these cops seek the Social Service of the 2nd Military Police Battalion; as well as identifying the expectations of the police men for alcohol control. This is a field research, of qualitative nature, which was conducted with 6 users accompanied by the Social Service of the institution by means of semi-structured interviews (recorded). For data analysis, we used the technique of content analysis. Based on data obtained during the survey we found that factors such as professional and family problems, and influence of friends was what led the police officers to ingest alcoholic drinks. Furthermore, we detected that there is a concern of the 2nd Military Police Battalion with that problem. However it is necessary that institutions start to develop more preventive actions aimed at the abuse of alcohol and other drugs.

Keywords: Abuse of alcoholic drinks. Public Security. Social Services.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O uso de bebidas alcoólicas em nossa sociedade é um costume muito antigo, tendo em vista que perpassa o desenvolvimento da humanidade e percorre as mais diversas culturas. Estudos indicam que esta prática acontece, por exemplo, desde a época da mitologia grega e, com o passar do tempo, seu consumo pela população foi se alastrando (CARDOSO FILHO, 2001).

Nos dias atuais, o alcoolismo é visto como um problema de saúde pública, atingindo várias pessoas, como aponta Faccio (2012, p. 8). Estima-se que o número de dependentes do álcool varia entre 10 e 15% da população mundial (TEIXEIRA, 2004, p. 3), trazendo graves consequências físicas, psicológicas e sociais para o indivíduo e podendo, inclusive, levá-lo à morte. Por outro lado, o álcool é considerado uma droga lícita, muito bem aceita pela sociedade e seu uso também é estimulado pela facilidade de acesso à mesma, uma vez que o mercado oferece preços variados e locais para comprá-la.

Percebendo a complexidade desta temática, consideramos relevante analisar como os Policiais Militares do 2º Batalhão da Polícia Militar de Campina Grande-PB desenvolveram o uso abusivo do álcool. Tendo em vista que, durante o período de observação realizada no primeiro semestre do Estágio Supervisionado em Serviço Social na referida Instituição, percebemos que questões relacionadas ao uso abusivo do álcool e outras drogas por Policiais Militares é uma das demandas solicitadas ao Serviço Social.

O referido trabalho também torna-se importante pelo fato de trabalhos que envolvem alcoolismo e Policiais Militares são escassos. Neste sentido, é de suma importância a elaboração de trabalhos científicos que abordem e aprofundem esta temática.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como os Policiais Militares do 2º BPM de Campina Grande-PB desenvolveram o uso abusivo do álcool. Para atingir tal objetivo, buscamos traçar o perfil dos Policiais Militares que desenvolveram o uso abusivo do álcool; verificar como a dependência prejudica sua vida social e profissional; identificar as razões que motivaram esses policiais a procurarem o Serviço Social do 2º BPM; bem como identificar as expectativas dos Policiais Militares para o controle do álcool.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, que teve como sujeitos os policiais que desenvolveram o uso abusivo do álcool e são atendidos pelo Serviço Social do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB.

Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, com a utilização de um gravador (Mp3 Player), mediante a autorização dos entrevistados, a fim de mantermos a fidelidade da fala dos sujeitos entrevistados, no momento da análise dos dados (mediante a técnica de análise de conteúdo). Além disso, seguimos as orientações da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, já que esta pesquisa envolve seres humanos.

O referido artigo está organizado nos seguintes itens: *A Política de Segurança Pública no Brasil: considerações para o debate*, no qual discutiremos como a questão da segurança é tratada no Brasil desde o período da ditadura até os dias atuais. Abordaremos a questão do *Uso de substâncias psicoativas* além de, discutirmos *algumas Notas introdutórias sobre o locus da pesquisa: a caracterização do 2ºBPM* para adentrarmos nas análises da pesquisa de campo e, por fim, apresentaremos nossas considerações finais sobre o referido estudo.

2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

O tema Segurança Pública tem conquistado espaço nas discussões de vários estudiosos, da sociedade, como também dos governos, conforme apontam Carvalho e Silva (2011, p. 60), pois a questão da insegurança, criminalidade e da violência aumentaram nos últimos anos, o que significa dizer que os instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência têm sido insuficientes para proporcionar a segurança individual e coletiva (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 60).

Neste sentido, consideramos de suma importância discutir tal temática, tendo em vista que se trata de um processo que busca proteger os direitos individuais dos seres humanos, garantir a ordem pública com o intuito de defender o patrimônio, prevenir e conter as diversas formas de violência, etc.

Este objetivo é ambicionado em meio a uma contradição, pois apesar da Constituição Federal Brasileira de 1988 assegurar que todos os indivíduos são iguais perante a lei e prever que os direitos sociais devem ser universalizados, o atual contexto apresenta uma sociedade extremamente desigual, cuja riqueza socialmente produzida fica sob o domínio de uma parcela reduzida da sociedade (detentora do capital), enquanto a massa da população, possuidora apenas da sua força de trabalho, vive em precárias condições de vida.

Como destaca Guerra (2010, p. 32), concomitante ao avanço constitucional do ponto de vista da formalização jurídica dos direitos, amplos segmentos da classe trabalhadora no Brasil vivenciam sua destruição. Cabe então fazermos uma breve discussão sobre a questão da segurança no Brasil, desde o período da ditadura, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e perpassando os dias atuais.

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), segundo Freire (2009, p. 103), vigorou na área da segurança pública o paradigma denominado de *Segurança Nacional*, que caracterizava-se pela defesa do Estado e a ordem política e social.

Esta perspectiva teve sua origem no momento em que as Forças Armadas assumiram o poder e houve a instalação de um regime marcado pela supremacia do poder presidencial. Portanto, tudo o que se apresentasse como risco ao Estado e aos interesses nacionais (que estavam fortemente ligados à elite no poder) era considerado como violência ou ameaça à segurança.

Para a preservação da ordem, o Estado tinha a função de abolir as ameaças aos interesses nacionais, podendo adotar qualquer medida, inclusive aquelas que demandem a violação de direitos (que na época foram suprimidos) e até mesmo o desrespeito à vida humana (FREIRE, 2009, p. 104). Nota-se que o Estado tinha uma função extremamente repressiva, exercendo-as através das Forças Armadas e de órgãos especiais.

Assim, naquele período, predominava os interesses dos detentores do poder (e, portanto, do capital!), restando à população o papel de subordinação plena aos seus interesses.

Com o fim do período ditatorial e a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, surgiu um novo paradigma na área de segurança: o da *Segurança Pública*. Nesta nova perspectiva, ocorreram algumas inovações com relação à anterior (a *Segurança Nacional*), uma vez que, a Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 144, estabelece que:

A Segurança Pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 2011a, p. 43).

Dentre essas inovações, destacamos que a *Segurança Pública* é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos; que a mesma está pautada nas manifestações da violência que ocorrem dentro do país, diferentemente da *Segurança Nacional* que preocupava-se primordialmente com as ameaças externas aos interesses nacionais (comunismo). Além disso,

na *Segurança Pública*, o papel de prevenção e controle da violência é transferido das Forças Armadas para as instituições policiais.

No tocante às funções do Estado na *Segurança Pública*, este tem o papel de controlar e prevenir a violência. Porém, a maior ênfase é direcionada às estratégias de repressão à violência (FREIRE, 2009, p. 109).

Dentre as medidas adotadas na política em tela, podemos ressaltar a criação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública que, em 1997, foi convertida na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que traz como um de seus objetivos, acompanhar as ações dos órgãos responsáveis pela segurança pública (FREIRE, 2009, p. 105).

Segundo Carvalho e Silva (2011, p. 62-63), ãa Senasp, como órgão executivo, significou a estruturação de mecanismos de gestão capazes de modificar o arranjo institucional da organização administrativa da segurança pública no âmbito governamental federal. Portanto, a criação dessa Secretaria representou um passo importante para a política, uma vez que possibilitou sua reorganização institucional.

Outro ponto a ser destacado é que, na *Segurança Pública*, a violência é vista como a ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio (2009, p. 105). E neste paradigma, que surge em meio à redemocratização, os cidadãos passam a usufruir novamente de alguns direitos constitucionais que foram suprimidos na época da ditadura. Então, a política de segurança passa a ser voltada também para a população, não ficando restrita aos detentores do poder.

Além dos paradigmas de segurança no Brasil já citados, destaca-se ainda a *Segurança Cidadã*, que teve sua origem na América Latina, em meados da década de 1990. Inicialmente o conceito de *Segurança Cidadã* foi utilizado na Colômbia no ano de 1995, e, como obteve bons resultados na prevenção e controle da criminalidade, outros países da região começaram a usufruir de tal conceito. No Brasil, nota-se a busca por uma aproximação com tal conceito, no decorrer dos últimos anos (FREIRE, 2009).

Nesta nova perspectiva, o cidadão é o principal alvo e a violência é caracterizada por aquilo que ameaça o gozo pleno de sua cidadania. O que significa dizer que além da proteção à vida e à propriedade, há um avanço no que se refere à proteção plena da cidadania (FREIRE, 2009, p. 107), ou seja, passam a ser protegidos também os direitos e deveres do cidadão, como o direito de participação do indivíduo nas decisões que definem o rumo da sociedade.

Neste paradigma a violência é vista como multicausal, necessitando de uma estratégia multissetorial, centrada tanto na prevenção, como no controle, através de políticas integradas na esfera local.

Além da atuação das instituições policiais, os indivíduos, bem como os municípios, assumem também um papel relevante na gestão de uma política de *Segurança Cidadã*. Os municípios passam a operar especialmente na gestão local das políticas setoriais direcionadas para prevenção à violência; e os indivíduos, por meio da gestão local da segurança, chegam mais perto da execução da política, ampliando assim sua participação no setor.

A participação da sociedade se efetiva, portanto, através das ações comunitárias e da formação de uma cultura cidadã na comunidade, que abrange o respeito às normas de convivência e à resolução pacífica de conflitos, como uma das bases de sustentação das ações de prevenção, conforme aponta Freire (2009, p. 108).

Logo, da forma como é apresentada tal proposta: uma *Segurança Cidadã* com a participação da sociedade em sua implementação, percebemos que as ações da sociedade correspondem a um avanço no que se refere ao fortalecimento da democracia.

Após o período de redemocratização, a questão da segurança conquistou espaço prioritário no governo, uma vez que os representantes governamentais notaram a gravidade do problema e perceberam a importância de formular políticas voltadas para a segurança, incluindo aqui pontos relevantes como a prevenção; a integração intersetorial e intergovernamental; valorização da experiência local; qualificação policial (SOARES, 2007, p. 85), como também a formulação de uma política de segurança democrática.

Assim, as questões que envolvem segurança pública deixam de ser responsabilidade essencialmente do governo estadual (até a década de 1990 tais questões eram tratada especialmente como incumbência deste órgão) e ampliam-se também para os órgãos municipais e federais.

Uma das medidas tomadas nos anos 2000 pelo governo referente à segurança foi a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), com o propósito de articular ações de repressão e prevenção da criminalidade do Brasil. Segundo Soares (2007), este Plano apresentou como um de seus pontos importantes a prevenção da violência.

Elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por ministros da justiça e secretários nacionais de segurança, conforme nos mostra Salla (2003 apud CARVALHO; SILVA, 2011), o PNSP abrangia 124 ações espalhadas em 15 compromissos² direcionadas

² Os demais compromissos são: Desarmamento e controle de armas; Repressão ao roubo de cargas e melhoria da Segurança nas Estradas; Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Ampliação do

para várias áreas tais como: Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado; Capacitação Profissional e Reparelhamento das Polícias; Atualização da Legislação sobre Segurança Pública; a Redução da Violência Urbana e o Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.

Além disso, cumpre destacar que o PNSP trouxe como uma inovação, propor ações na esfera das políticas sociais, a exemplo ações na área de saúde e educação, como a redução do consumo de bebidas alcoólicas e a participação da escola na prevenção da violência.

No campo teórico, o PNSP representou um avanço para a segurança. Em contrapartida, no campo prático, o mesmo deixou muito a desejar, pois não houve sua organização sistemática para atender às prioridades identificadas. Soares (2007) destaca que o supracitado Plano falhou em alguns pontos relevantes, uma vez que não estabeleceu nem as metas, nem os critérios, métodos e mecanismos de avaliação e monitoramento do mesmo. Isto significa dizer que, na prática não foram presenciados tantos avanços assim, pois vimos, por exemplo, que a violência ainda é um problema grave que perpassa a sociedade.

Para subsidiar financeiramente o PNSP, foi implantado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), destinado a gerir recursos para apoiar projetos de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais na área da segurança pública (COSTA; GROSSI, 2007, p. 12). O mesmo constituiu-se uma ferramenta importante para incentivar a cooperação intergovernamental, uma vez que, a partir de sua criação certos governos estaduais passaram a apoiar suas ações no âmbito da segurança pública através de financiamentos federais, como demonstra (COSTA; GROSSI, 2007, p. 15).

Além de tais medidas mencionadas para o referido setor, em 2007 foi estabelecida pelo Governo Federal o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), voltado para a prevenção, controle e repressão da criminalidade. O programa articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública (BRASIL, 2009 apud CARVALHO; SILVA, 2011, p. 64-65).

Este programa também objetiva o envolvimento e a participação da sociedade na constituição da política de segurança pública, o que representa um passo importante para o desenvolvimento de uma política em que a democracia é fortalecida. Destaca a questão da

Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas do Crime; Mídia X Violência: Regulamentação; Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social; Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias; Combate à Violência Rural; Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos e Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2000).

multidisciplinaridade no que se refere à segurança pública, sendo indispensável à participação dos vários segmentos da sociedade nesse processo (CARVALHO; SILVA, 2011).

Cabe ressaltar também que o referido programa é constituído por alguns eixos, dentre os quais destacamos a valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários (SOARES, 2007, p. 95). É importante destacarmos este ponto, pois observamos que, dentre as atividades do referido programa, também há uma ênfase na questão que envolve os profissionais que atuam junto à segurança pública.

Ainda podemos citar a implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Instituído em 1983 pelo Departamento de Polícia de Los Angeles nos Estados Unidos, estendendo-se para o Brasil em 1997. O PROERD constitui-se um trabalho conjunto que envolve a Polícia Militar, estudantes, família e a comunidade com o objetivo de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre crianças e adolescentes por meio de atividades lúdicas (ARAÚJO, 2009). Para tanto, os policiais que trabalham neste programa devem ser instruídos para desenvolver estas atividades com alunos do 5º ao 7º ano do ensino fundamental (ARAÚJO, 2009).

Diante do exposto, não podemos negar que a Constituição Brasileira de 1988 teve um papel de importante na institucionalização de um novo arcabouço organizacional e administrativo dos órgãos incumbidos da segurança pública no país (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 66). Porém, a implementação de medidas (como estas citadas), representou um tímido progresso, uma vez que a violência e a criminalidade ainda são muito intensas e alarmantes em nosso país.

Na realidade, a questão da violência e da criminalidade tende a aumentar nesse modo de produção articulado com o ideário neoliberal, que não passa de mais uma das estratégias para o fortalecimento do capitalismo, no qual o mercado torna-se o principal regulador das relações sociais em detrimento do Estado, que tem funções delimitadas, trazendo consequências que atingem diretamente as condições de vida da população.

Segundo Barroco (2011), a partir do processo de mundialização do capital e da implantação das políticas neoliberais, inúmeras transformações ocorreram na sociedade, resultando no

agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana (BARROCO, 2011, p. 206).

Além de tais mudanças, o contexto neoliberal intensificou outras características presentes na sociedade capitalista, dentre as quais enfatizamos o consumismo e o individualismo, de modo que

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporada pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal (BARROCO, 2011, p. 209).

A partir dessas transformações ocorridas na sociedade pela política neoliberal e pela globalização econômica, há uma intensificação das desigualdades sociais, de exclusão social, da pobreza, etc, e que, como já colocamos, irá repercutir no aumento da violência e da criminalidade, pois diante deste quadro, muitos indivíduos que não tem a oportunidade de se inserir no mercado formal de trabalho ou até conseguem, mas ganhando salários baixíssimos, que não satisfazem nem mesmo as suas necessidades básicas, acabam procurando soluções não legais para ter acesso aos bens de consumo oferecidos e incentivados constantemente pelo capitalismo. Um desses caminhos é, portanto, o roubo e o tráfico de drogas.

Além disso, a estratégia neoliberal reflete sobre as relações individuais e coletivas dos indivíduos, gerando conflitos entre os mesmos, uma vez que nesse sistema o que vale mais é o consumo, e não a relação afetiva com o próximo, nem o envolvimento com a vida pública e política: õquestões pessoais, de autoajuda, problemas íntimos, familiares, etcö (BARROCO, 2011, p. 209). Ou seja, muitos indivíduos (principalmente os jovens) acabam entrando no mundo crime pelo fato de se sentirem excluídos do meio social, de não serem valorizados.

Nesse contexto, agravam-se/intensificam-se também os crimes como assaltos, sequestros, latrocínios e homicídios, trazidos pelo tráfico de drogas e armas, o que agravou ainda mais a questão social que já sofria pela ausência histórica de políticas públicas inclusivas e protecionistas para grande parte da população (SILVA JUNIOR, 2010, p. 78).

Diante do exposto, constatamos que o atual contexto tem provocado profundas mudanças na vida dos indivíduos (inclusive e, principalmente, negativas), pois o grande objetivo do mercado é lucrar cada vez mais, através da exploração dos trabalhadores, que (sobre)vivem em meio a precárias condições de trabalho e de vida. Isto traz repercussões também na segurança, pois há uma intensificação das desigualdades, da violência e da criminalidade, apesar da criação de medidas pelo governo (ainda tímidas, diante da complexidade do atual contexto), como as que citamos nesse estudo (o PNSP e o FNSP).

Neste caminho, é necessário que os governos saiam do campo teórico e coloquem em prática suas estratégias para atingir uma política de segurança democrática, mesmo sabendo que isto é um grande desafio, pois no contexto atual o que prevalece são os interesses do capital.

3 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (apud CARDOSO FILHO, 2001, p. 163), droga é toda substância que, introduzida no organismo, produz nele alguma alteração. [...] São, portanto, substâncias psicotrópicas, que atuam como calmante ou estimulante. O uso frequente e excessivo destas substâncias é extremamente prejudicial à saúde do indivíduo, podendo causar dependência, que caracteriza-se

Por reações comportamentais e outras reações que sempre incluem um desejo compulsivo ou necessidade de usar a droga de forma continuada, com o fim de sentir seus efeitos ou evitar o desconforto da ausência da mesma (Organização Mundial de Saúde apud CARDOSO FILHO, 2001, p. 164).

Neste sentido, quando o usuário de drogas torna-se dependente, o mesmo se encontrará diante de ocasiões desconfortáveis, forçando-o a usar tal substância de forma compulsiva.

Diversos são os fatores que podem levar os indivíduos ao uso de drogas, já que eles variam de situação para situação, de pessoa para pessoa. Segundo Lessa (2011), pesquisas recentes colocam que as principais causas que levam uma pessoa a usar drogas são: curiosidade, influência de amigos, desejo de fuga (principalmente de problemas familiares), coragem para tomar atitudes, dificuldade em enfrentar e/ou suportar situações difíceis, servir de estimulantes, etc.

Nery Filho e Marques (2004) relatam como o advento da globalização tem provocado mudanças na vida do ser humano, que refletem diretamente na maneira como estes se relacionam com o espaço, o tempo e a produção, induzindo-os a buscarem meios de completarem os vazios existenciais através de certos produtos, tais como as drogas, que trazem como um de seus efeitos a fugacidade. Neste sentido, o consumo das substâncias

psicoativas³ aumenta no mundo todo (NERY FILHO; MARQUES, 2004), ameaçando a população.

É válido ressaltar que, não estamos nos referindo aqui, apenas às drogas ilícitas, como a cocaína e a maconha, que são bastante utilizadas, mas também as drogas lícitas, ao exemplo do álcool e do tabaco que, segundo Guedes (2003), são as mais consumidas, tanto no Brasil, como em vários outros países e, as que mais causam danos aos indivíduos (Idem).

Neste trabalho, para discutirmos um pouco mais sobre o consumo de drogas na sociedade, iremos nos deter ao uso abusivo de bebidas alcoólicas.

O consumo de álcool pelo ser humano advém de tempos remotos e tem acompanhado a evolução da sociedade. Estudos apontam que desde a Grécia Antiga, como na mitologia grega com Dionísio, já se evidenciava o uso de álcool, sob a forma de vinho, fabricada artesanalmente mediante o processo de fermentação (CARDOSO FILHO, 2001).

O costume de ingerir bebidas fermentadas foi se estendendo para outras regiões, como a civilização mediterrânea, e assim com o aumento do consumo de tais bebidas, amplia-se também o interesse econômico, exigindo a sua industrialização e, desde então, surge a prática da destilação, aparecendo novos tipos de bebidas alcoólicas.

Conforme nos mostram Laranjeira, Marques e Romano (2004, p. 236), o álcool é uma substância tóxica com efeitos diretos e indiretos sobre vários órgãos e sistemas corporais. No entanto, gostaríamos de exemplificar alguns males (não apenas físicos) decorrentes do uso do abusivo álcool:

Problemas de saúde: surgimento e/ou agravamento de doenças e maior incidência de traumatismos e/ou ferimentos; problemas psicológicos e psiquiátricos, que incluem agressividade, depressão, doenças de ansiedade e crises psicóticas relacionadas ao álcool; problemas sociais e interpessoais: conflitos familiares relacionados com violência doméstica, resultados de uma variedade de efeitos físicos e/ou psicológicos traumáticos, tanto a curto quanto a longo prazo entre os membros da família do consumidor irresponsável; o fim da harmonia entre os vizinhos; problemas no ambiente de trabalho (e também acidentes); conflitos com a lei, como dirigir embriagado, crimes violentos cometidos após ou durante o consumo de álcool, delitos relacionados a comportamentos agressivos ou anti-sociais conseqüentes do abusivo de álcool (BRASIL, 2004, p. 39).

Além disso, o álcool é responsável pela morte de muitos usuários do mundo inteiro, como apontam os dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de fevereiro de 2011:

³ Substâncias psicoativas são aquelas que agem no cérebro, modificando o seu funcionamento e provocando mudanças de comportamento e que podem induzir à dependência (NERY FILHO; MARQUES, 2004, p. 39).

O álcool causa quase 4% das mortes no mundo todo, mais do que a Aids, a tuberculose e a violência, alertou a OMS (Organização Mundial da Saúde) nesta sexta-feira. [...] Cerca de 2,5 milhões de pessoas morrem anualmente por causas relacionadas ao álcool, disse a OMS em seu "Relatório Global da Situação sobre Álcool e Saúde" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Torna-se evidente então, que o consumo abusivo de álcool, é responsável por vários problemas de saúde da população, mas também reflete na vida social dos indivíduos, gerando, por exemplo, muitas situações de conflitos interpessoais, como a violência doméstica, conforme aponta o I Levantamento Nacional Sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira (BRASIL, 2007).

Logo, a questão do uso abusivo de álcool, não deve ser tratada apenas por uma visão essencialmente médica, pois as consequências políticas, econômicas, psicológicas e sociais são claramente percebidas e devem ser apreciadas para compreensão do problema (BRASIL, 2003).

Diante desse contexto, o uso excessivo de tais substâncias tornou-se um dos maiores problemas de saúde pública mundial (BRASIL, 2003).

Por outro lado, cumpre ressaltar ainda que a bebida alcoólica tem um imenso grau de aceitação na sociedade (FACCIO, 2012) e, em muitos casos, o uso de tal substância é incentivado pela própria população, através de alguns meios como a propaganda (BRASIL, 2010). Além disso, o uso de álcool é estimulado pela facilidade de acesso ao mesmo, pois o mercado oferece preços variados e locais para comprá-lo.

O alcoolismo é considerado uma doença muito complexa, com componente familiar e social, além de agravantes de natureza física e mental (CARDOSO FILHO, 2001, p. 47).

Porém, mesmo sendo considerada uma doença, o alcoolismo ainda é pouco diagnosticado, principalmente quando se pretende obter um diagnóstico precoce. Isto é decorrente de alguns fatores tais como, o fato do álcool ser uma droga lícita, muito bem aceita pela população, como também pela

Escassez e despreparo de profissionais nesta área de saúde pública que tenham interesse em pesquisar o abuso das bebidas alcoólicas [...]. A negação do doente, que sempre se posiciona na condição de bebedor social, eventual ou ocasional, fugindo ao estigma que lhe é imposto pela sociedade, tachando-o de canalha, sem-vergonha e sem moral (CARDOSO FILHO, 2001, p. 39).

Desse modo, fica evidente que a demora em fazer o diagnóstico acaba agravando o problema, pois impossibilita a realização de um tratamento imediato e com melhor perspectiva de resultados satisfatórios.

Neste sentido, percebemos a necessidade de ampliarmos e aprofundarmos a temática (referente a uso abusivo de álcool e suas consequências para indivíduos em diversos espaços da sociedade) de modo transversal e não apenas como uma questão restrita ao Ministério da Saúde.

Torna-se imperativo ressaltar que ao longo dos anos no Brasil, vem sendo adotadas algumas medidas no que se refere à questão das drogas, respaldadas pela *Política Nacional Sobre Drogas*, aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) no dia 27 de outubro de 2005, como fruto do realinhamento da Política Nacional Antidrogas que vigorava até aquele momento.

Através de tal Política busca-se a redução da demanda e da oferta de drogas em nosso país, como poderemos identificar em alguns exemplos de seus pressupostos, quais sejam:

- a) Buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.
- b) Elaborar planejamento que permita a realização de ações coordenadas dos diversos órgãos envolvidos no problema, a fim de impedir a utilização do território nacional para o cultivo, a produção, a armazenagem, o trânsito e o tráfico de drogas ilícitas.
- c) Garantir, incentivar e articular, por intermédio do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas (BRASIL, 2011b, p. 13).

Diante de tais pressupostos, podemos destacar alguns objetivos da supracitada política relacionados com o tema do presente trabalho:

- a) Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências;
- b) Reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade.
- c) Difundir o conhecimento sobre os crimes, delitos e infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, prevenindo-os e coibindo-os por meio da implementação e efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão (BRASIL, 2011b, p. 15).

É de suma importância destacar também que, esse contexto no qual estão evidentes os graves problemas causados pelas drogas lícitas na humanidade, a exemplo do álcool, o Governo Federal, em de maio de 2007, através do Decreto Presidencial nº 6.117/07, apresentou à população brasileira a *Política Nacional sobre o Álcool*, que traz como objetivo assegurar meios para o enfrentamento coletivo dos problemas relacionados ao consumo de álcool, visando a intersetorialidade e a integralidade de ações para a diminuição dos danos sociais, à saúde e à vida, ocasionados pelo consumo de tal substância, como também as situações de violência e criminalidade associadas ao uso excessivo de bebidas alcoólicas na população brasileira (BRASIL, 2011). Dentre as diretrizes da Política Nacional sobre o álcool podemos mencionar:

1 - promover a interação entre Governo e sociedade, em todos os seus segmentos, com ênfase na saúde pública, educação, segurança, setor produtivo, comércio, serviços e organizações não-governamentais; 2 - estabelecer ações descentralizadas e autônomas de gestão e execução nas esferas federal, estadual, municipal e distrital; [...] 18 - privilegiar as iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas nos ambientes de trabalho (BRASIL, 2011b, p. 80-81).

Uma questão importante que é contemplada nesta política é que, além de enfatizar a questão da redução e da prevenção de danos à saúde e a vida, enfatiza a necessidade de criar medidas que reduzam e previnam as situações de violência e criminalidade que estão ligadas ao consumo de álcool. Assim, dentre tais medidas destacamos aquela que se refere à Segurança Pública que seria:

Estabelecer regras para destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) para os Municípios que aderirem a critérios pré-definidos pelo CONAD para o desenvolvimento de ações que visem reduzir a violência e a criminalidade associadas ao consumo prejudicial do álcool (BRASIL, 2011, p. 82).

Desse modo, percebemos o quanto é relevante mencionar a questão da violência e da criminalidade para tratarmos do uso abusivo de álcool, uma vez que, como já foi visto, dentre os problemas causados pelo uso excessivo desta substância, temos a violência doméstica, alguns delitos, etc.

No meio das discussões que envolvem ações direcionadas para o enfrentamento, controle ou redução do uso indevido de drogas na sociedade, consideramos relevante destacar também que as supracitadas políticas (sobre drogas e sobre o álcool, especificamente) estão

ancoradas em uma proposta mais abrangente, em consonância, portanto, com a *Política Nacional de Promoção da Saúde*.

Esta tem como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (BRASIL, 2010, p. 17). Tal compromisso deve ser realizado por meio de articulações intersetoriais e transversais, promovendo o debate entre todos aqueles que compõem a sociedade.

Dentro de suas propostas para a promoção de saúde e qualidade de vida dos indivíduos a Política Nacional de Promoção a Saúde também insere a questão do controle do uso abusivo de bebidas alcoólicas, através de atividades como:

desenvolvimento de iniciativas de redução de danos pelo consumo de álcool e outras drogas que envolvam a responsabilização e autonomia da população e investimento no aumento de informações veiculadas pela mídia quanto aos riscos e danos envolvidos na associação entre o uso abusivo de álcool e outras drogas e acidentes/violências (BRASIL, 2010, p. 37).

A compreensão da importância da intersetorialidade, da articulação das diversas esferas da sociedade para a construção de ações preventivas e para o controle do uso abusivo de álcool e outras drogas e, conseqüentemente, para a promoção de saúde, coloca para a política de Segurança Pública um papel de destaque nesse processo.

Nesse contexto, a Segurança Pública constitui uma ferramenta indispensável e estratégica, tendo em vista que o uso de bebidas alcoólicas gera situações de violência (tanto no âmbito familiar como nas ruas), acidentes de carro, atropelamentos (BRASIL, 2011c, p. 7). Neste sentido (e impulsionados também pela perspectiva da *Segurança Cidadã*), o referido setor busca proteger os direitos individuais dos seres humanos, garantir a ordem pública com o intuito de defender o patrimônio, prevenir e conter as diversas formas de violência.

Como exemplos de medidas adotadas pelo Governo na área da segurança, destacamos o PNSP, que propõe ações na esfera das demais políticas sociais, a exemplo da saúde, como a redução do consumo de bebidas alcoólicas e a implantação do PROERD que caracteriza-se como um trabalho voltado para a questão da prevenção e redução do uso indevido de drogas e da violência.

Assim, a articulação das políticas sociais, de políticas voltadas para a promoção de saúde e políticas de segurança pública pode contribuir (a partir de suas atividades) para o

controle do uso abusivo de álcool em nossa sociedade, conseqüentemente, para a redução do índice de criminalidade e violência no país, no sentido de também buscar melhorias na qualidade de vida da população.

Neste sentido, a Segurança Pública assume um posto de precípua relevância na prevenção e combate ao uso abusivo de drogas, dentre elas, o álcool, pois como evidenciamos os programas construídos pelos órgãos governamentais na área da segurança trazem em suas propostas variadas ações direcionadas para o enfrentamento dessa questão, buscando sempre a inovação.

No entanto, os sujeitos que atuam nesse processo (ao exemplo dos Policiais Militares) também são alvos desse problema de saúde pública. Uma pesquisa realizada nas diversas unidades da Polícia Militar de Alagoas indica que 75% dos oficiais da PMAL fazem uso de bebida alcoólica, ficando esta porcentagem em torno de 57% nos praças (ALAGOAS, 2002 apud ALVES; OMENA, 2007, p. 13).

Estes profissionais que, em alguns casos são capacitados para desenvolverem ações educativas destinadas justamente para a prevenção e redução do uso abusivo de drogas e da violência, além de enfrentarem uma jornada de trabalho estressante, lidam constantemente com situações de risco, bem como convivem com a rígida disciplina da Instituição. Logo, estes sujeitos que assumem esta profissão de tamanha responsabilidade, não estão isentos de enfrentarem problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Tal afirmação é endossada na realidade do 2º BPM de Campina Grande/PB, que apresenta este problema como demanda institucional para o Serviço Social.

Diante do exposto, passaremos a discutir aquela realidade e *analisar como os Policiais Militares do 2º Batalhão da Polícia Militar de Campina Grande-PB desenvolveram o uso abusivo do álcool.*

4 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O LÓCUS DA PESQUISA: A CARACTERIZAÇÃO DO 2º BPM

O 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba está localizado em Campina Grande-PB, na Avenida D. Pedro I, no Bairro São José. O mesmo é uma Organização Governamental que atua na Política Nacional de Segurança Pública, tendo como objetivo manter a ordem pública e a segurança interna do Planalto da Borborema.

Além disso, oferece outros serviços à comunidade, tais como: Banda de Música, Ambulatório Médico e Serviço Social, que estende suas ações tanto aos policiais e seus familiares, como ao restante da comunidade que necessite de seus serviços.

Dentre as diversas atribuições do Serviço Social na referida Instituição, destacamos: definir, elaborar, executar e avaliar programas e projetos de intervenção social; Supervisionar Estágios acadêmicos do curso de Serviço Social; realizar visitas domiciliares e hospitalares para identificar, analisar e acompanhar as necessidades de apoio social aos Policiais Militares acometidos de doenças ou questões de vulnerabilidade social, assegurando os encaminhamentos necessários; prestar esclarecimentos aos Policiais Militares e seus familiares sobre os seus direitos, etc.

Nesta ocasião, podemos citar como algumas das demandas institucionais postas ao Serviço Social às questões relacionadas ao uso indevido de álcool e outras drogas; relacionamento familiar e social; problemas de saúde; sócio-judiciais, etc.

O 2º Batalhão também interage com a comunidade através do PROERD, que é um programa voltado para a prevenção e redução do uso indevido de drogas e da violência entre crianças e adolescentes utilizando atividades educativas.

4.1 A pesquisa de campo

Os sujeitos da nossa pesquisa foram os Policiais Militares que desenvolveram o uso abusivo do álcool e são atendidos pelo Serviço Social do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB, que compreendiam o universo de 09 policiais militares. No entanto, no decorrer da pesquisa ocorreram algumas modificações, e por isso não foi possível entrevistar todos os sujeitos, apenas uma amostra de 06 sujeitos. Os motivos pelos quais não atingimos o universo da pesquisa foram: um dos participantes está reformado, ou seja, passou para a inatividade; outro encontra-se em período de tratamento em outra cidade e o terceiro não quis conceder a referida entrevista.

Para a coleta dos dados usamos a entrevista semi-estruturada, com a utilização de um gravador (Mp3 Player), mediante a autorização dos sujeitos entrevistados. Para o tratamento e análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo.

Cabe pontuar também, que este estudo seguiu as orientações contidas na Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa dispondo de aspectos

imprescindíveis no que se refere à defesa dos direitos humanos dos indivíduos envolvidos no estudo. Neste sentido, enfatizamos alguns aspectos relevantes envolvidos na observação dos procedimentos éticos na pesquisa: o consentimento livre e esclarecido, a confiabilidade das informações, a justiça e equidade, entre outros.

4.1.1 O perfil dos policiais entrevistados

É válido ressaltar que, antes de analisarmos os depoimentos dos sujeitos do presente estudo, apresentaremos o perfil sócioeconômico dos mesmos, sobre o qual versaremos a seguir.

Através da pesquisa identificamos que todos os sujeitos são do sexo masculino. Destes, 1 tem menos de 40 anos de idade; 2 tem de 41 a 45; 2 tem de 46 a 50 e apenas 1 tem acima de 50 anos de idade.

Com relação ao Estado Civil observamos que 3 policiais são casados, 2 divorciados e 1 deles é solteiro. Já no que se refere à renda salarial; 2 dos sujeitos entrevistados recebem entre 1 e 2 salários mínimos; 2 recebem entre 2 e 3 e os outros 2 possuem uma renda entre 3 e 4 salários mínimos.

No tocante à escolaridade, 1 possui fundamental incompleto; 1 tem médio incompleto; 3 concluíram o ensino médio e outro tem superior incompleto.

Com relação ao número de dependentes foi questionado se os participantes da pesquisa tinham dependentes, todos responderam a alternativa SIM e, o resultado que obtivemos nesta questão foi que 1 dos entrevistados tem 2 dependentes; 2 tem 3; 2 tem 4 e 1 tem 5 dependentes.

E por fim, no que diz respeito ao Tempo de Serviço 3 dos sujeitos de nossa pesquisa tem entre 20 a 25 anos de trabalho; 2 tem entre 25 a 30 anos e 1 trabalha há mais de 30 anos na Instituição.

Após estas breves considerações, nos remeteremos às falas dos referidos sujeitos.

4.1.2 A análise dos dados

Ao indagarmos sobre como os entrevistados entendem o alcoolismo, identificamos nas falas dos sujeitos 4 tendências: a primeira é que os entrevistados associam o alcoolismo a uma *doença*, conforme observamos nas seguintes falas:

Uma doença. Uma doença lenta e progressiva (E1).

É uma doença, não é? Uma doença grave e o portador dessa doença não tem limite de se preservar, não tem dia nem hora para ele sair; ele pode sair qualquer instante, pode passar 20, 30 anos e, de repente, ele pode cair novamente (E3).

Outra tendência encontrada foi a que relaciona o alcoolismo a uma *questão cultural*, na qual notamos na fala do sujeito que o mesmo não alude para a questão dos problemas relacionados ao uso do álcool, apenas menciona que: *“Eu entendo que a pessoa bebe e pronto” (E5)*. Portanto, constatamos aqui como o uso de bebidas alcoólicas ainda é aceito pela sociedade, sendo isto uma questão cultural, como está exposto em Brasil (2003).

Além disso, identificamos na fala de E2 a tendência que aborda o alcoolismo como algo que é prejudicial tanto para o indivíduo que ingere de forma abusiva bebidas alcoólicas, como para os seus familiares.

Na verdade eu não sou um alcoólatra, entendeu? Meu consumo de bebida foi muito pouco. Agora para quem realmente dependente da bebida é uma questão complicada para a vida dele como para de seus familiares. Vai perturbar ele, como os familiares do mesmo que consome a bebida alcoólica (E2).

Então, é válido ressaltar que, apesar do mesmo relatar que não é um alcoolista, ele atenta para uma questão relevante que é o fato do uso abusivo de bebidas alcoólicas prejudicar não apenas a vida daquele que consome, mas também dos seus familiares.

Cardoso Filho (2001) coloca que o alcoolismo é uma *doença* bastante complexa e multidisciplinar, com componente familiar e social, além de agravantes de natureza física e mental. A passagem do beber normal para o alcoolismo é lenta e progressiva (CARDOSO FILHO, 2001, p. 47).

Além disso, o referido autor chama atenção para o fato de que o uso abusivo de bebidas alcoólicas traz consequências desastrosas no convívio familiar e envolve todas as

peessoas diretamente vinculadas no processo evolutivo do alcoolismo (CARDOSO FILHO, 2001).

Outra tendência encontrada na fala de um dos entrevistados é que este percebe o alcoolismo como algo que entra na sua vida de forma gradativa, onde você começa bebendo de forma social, depois vai aumentando o consumo até evoluir para a dependência de tal substância. Podemos reforçar tal análise através de sua fala:

O alcoolismo é uma coisa que agente começa socialmente, está entendendo? Começa socialmente numa brincadeira entendeu? Aí quando agente olha já ta envolvido, entendeu? Tenta parar, mas não consegue. A gente, para fazer algumas coisas, precisa do álcool (E4).

Diante de tais tendências, identificamos que a maioria dos sujeitos de nossa pesquisa tem a compreensão de que o alcoolismo é uma doença e algo extremamente prejudicial a sua vida, e não apenas no aspecto da saúde, mas também no que se refere aos aspectos sociais.

Todos os sujeitos se consideram bem informados com relação ao tema alcoolismo, cabendo aqui ressaltar a fala de E4: *Hoje eu me encontro bem informado, eu já fiz tratamento no CAPS, fiz aqui [com a Assistente Social] e hoje eu sei os males que causa e que eu não posso tocar em álcool.*

Com relação à idade que os entrevistados começaram ingerir bebidas alcoólicas identificamos que 2 deles começaram a beber entre 13 e 15 anos de idade; 3 entre 16 e 18 e 1 com 25 anos de idade. Logo, é evidente que a maioria começou a consumir o álcool ainda na adolescência e alguns ainda não exerciam a profissão de policial.

Diante do exposto, é válido destacar que há õuma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcoolõ (BRASIL, 2003, p. 13).

Já com relação ao local onde eles beberam a primeira vez, 3 responderam que foi em um bar, 1 em um aniversário, 1 na casa da tia na semana Santa e o outro próximo à sua residência, porém não especificou o ambiente. Logo, notamos como as bebidas alcoólicas õajudam a celebrar datas festivas, a selar compromissos, a completar refeições nos fins de semana, alegrar festas, õcriar um climaõ. São a desculpa para encontrar os amigos em um barzinho, depois do cinema, ou mesmo só para conversarõ (BRASIL, 2003, p. 7).

Através dessas falas torna-se ainda mais evidente como as bebidas alcoólicas são acessíveis a todo o público, pois como vimos a maioria dos entrevistados beberam pela primeira vez quando eram adolescentes, em bares ou em datas comemorativas.

Ao indagarmos se os entrevistados convivem com muitas pessoas que consomem bebidas alcoólicas, obtivemos três tendências de respostas: 2 sujeitos responderam que não convivem; 2 responderam que convivem e os outros apenas às vezes, seja com familiares ou com os colegas de trabalho.

Em nossa pesquisa também questionamos com que frequência os sujeitos consomem bebidas alcoólicas. Assim sendo, 2 responderam que atualmente não bebem mais, porém antes do tratamento bebiam frequentemente; 1 falou simplesmente que não bebe mais; outro que só bebe em festas; outro relatou que dificilmente ingere bebidas alcoólicas (apenas quando surgem problemas em sua vida) e o outro colocou que atualmente bebe diariamente. Para reforçar os dados apresentados podemos citar as seguintes falas:

É difícil. Só quando tem muito problema pra mim (E5).

Atualmente, diariamente de duas a quatro doses (E6).

Quando indagamos sobre o que levou os entrevistados a ingerirem bebidas alcoólicas, obtivemos as seguintes tendências: 1 colocou que foi uma forma de fuga, tanto das dívidas como de problemas em casa; 3 enfatizaram que foi influência, 2 de amigos, 1 colocou que foi influência de amigos e de mulheres ; 1 falou que foram problemas familiares e problemas profissionais e 1 relatou que foi a necessidade de se inserir em grupo.

Onde a pessoa vai é normal beber. Onde a pessoa vai hoje em dia é normal beber. Você não beber é anormal, aí quando a gente é novo quer acompanhar os outro: chega numa festa, todo mundo está bebendo, aí se você não beber você é anormal (E4).

Primeiro problemas familiares, segundo o profissional (E6).

Analisando as falas dos sujeitos pudemos comprovar que são diversos os fatores que podem levar uma pessoa ao uso abusivo de bebidas alcoólicas. No entanto, nos casos que nos foi apresentado, observamos que os fatores que prevaleceram foram a evasão de problemas, seja no âmbito familiar ou profissional, a questão da influência ou pertencimento a determinado grupo social.

Estudo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas destaca que são muitos os motivos que levam uma pessoa a beber, dentre os quais podemos mencionar: õbebe-se para ficar alegre, para esquecer, para comemorar, para matar a sedeõ (BRASIL, 2010). Já Nery Filho e Marques (2004) colocam que alguns dos fatores que podem estar

relacionados ao uso de drogas podem ser õas longas jornadas de trabalho, a execução de tarefas muito estressantes e o isolamento socialö (NERY FILHO; MARQUES, 2004, p. 39).

Os entrevistados também foram questionados se tem encontrado dificuldades de se relacionar com as outras pessoas por causa da bebida e, em caso afirmativo, quais seriam. Das respostas obtidas, 1 colocou que na época em que ingeria o álcool não tinha dificuldades de se relacionar com as pessoas que bebem, já com as que não bebem tinha, pois estas não suportavam a sua maneira de agir.

Já os outros 5 falaram que não: um destes relatou que em algumas situações tinha dificuldade de se relacionar com as pessoas sem o uso da bebida porque é muito tímido, então quando bebia ficava mais desinibido, como podemos verificar em sua fala: *Às vezes eu tenho sem a bebida, eu no meu normal sou tímido, entendeu? Quando eu bebia eu não tinha [timidez], me soltava mais* (E4).

Ao perguntarmos aos sujeitos da pesquisa se os mesmos tem faltado ao trabalho devido ao uso de bebidas alcoólicas, 4 responderam que já faltaram, dos quais 2 destes colocaram que faltaram muitas vezes, como vemos em suas falas:

Faltei muito inclusive cheguei até a ir para o Conselho de disciplina⁴, mas hoje, graças a Deus, procuro fazer os meus serviços direito (E4).

Mais não. Faltei várias vezes (E6).

Apenas 2 responderam que nunca faltaram trabalho por causa de bebida.

Logo, percebemos que o uso abusivo de bebidas alcoólicas também interfere na vida profissional da maioria dos Policias entrevistados. Dentre os problemas causados no âmbito do trabalho devido ao uso abusivo de drogas podemos destacar: õfaltas e atrasos no trabalho, diminuição da produtividade, aumento das dificuldades de relacionamento com colegas e chefiasö (BRASIL, 2009, p. 354).

Quando questionamos sobre quais os motivos levaram a procurar o Serviço Social da instituição, 2 responderam que foi através da própria instituição, conforme identificamos na fala de E3: *õEu já estava a zero, no fundo do poço, aí, de repente, chegou um Coronel aqui, perguntou se eu queria me tratar; eu disse que queria, aí pronto: me encaminhou para a Assistente Socialö. Foi identificado na fala de 2 sujeitos que os motivos pelos quais procuraram o Serviço social não estão relacionados ao uso de bebidas alcoólicas, mas estão relacionados com outros problemas pessoais ou familiares: *õFoi com relação a separação que**

⁴ É um procedimento administrativo para averiguar questões referentes à conduta dos praças (de soldados a subtenentes) com a finalidade de determinar sua permanência ou exclusão da Instituição.

eu tive, que a mulher levou os meninos e tal, aí ocasionou bem muito de problema para mimö (E5).

Um entrevistado colocou que o Serviço Social é um espaço onde ele expõe como se sente e no referido setor as pessoas estão dispostas a ajudar. *õÉ um local onde você desabafa, fala o que sente, entendeu? E as pessoas que trabalham nesse setor estão dispostas a ajudar a genteö (E1).* Outro falou que não procurou o Serviço Social por vontade própria, mas que viram sua situação e o encaminharam para o Serviço Social.

O trabalho desenvolvido pela Assistente Social com relação à referida demanda se dá através do atendimento individual ao usuário, acompanhamento sócio-familiar e encaminhamentos para o psicólogo do Ambulatório Médico do 2º BPM, para o Alcoólicos Anônimos, Caps AD, etc., e em caso de aceitação do usuário, encaminhamento dos mesmos para Casas de Apoio.

Ao perguntarmos o que os entrevistados esperam com o controle do uso abusivo do álcool, obtivemos as seguintes tendências: 2 mencionaram que esperam ter uma nova vida, não repetir o que fazia antes, conforme as falas abaixo:

Eu espero mudar de vida, porque a pessoa que é alcoólatra, se ele não tomar consciência, não vive, está entendendo? E sem beber realmente a gente vive melhor (E4).

Eu espero nunca mais voltar o que fazia antes, eu tenho na minha maneira de agir, eu tento, procuro vencer hoje, vencer o dia de hoje. Ontem já passou, não posso mais contar com ele. O amanhã a Deus pertence, então eu procuro não beber hoje e assim a cada 24 horas eu vou vencendo (E1).

Outros 2 colocaram apenas que estão bem, que estão se controlando; 1 falou que no seu caso ele não é um alcoolista, porém enfatizou que aquelas pessoas que são devem procurar ajuda. E o outro colocou que espera melhorar, se possível, parar com o uso de bebidas alcoólicas, mesmo sendo difícil, conforme percebemos em sua fala:

Eu espero a melhora. Porque é muito difícil, eu estou sentindo na pele... Tem dia que eu seguro para não beber, mas não tem jeito não! Quando dá o final da tarde dá uma compulsão forte... (E6).

A partir de tais questões que foram levantadas, observamos que a maioria dos entrevistados já se encontra ciente dos problemas relacionados ao uso abusivo de bebidas alcoólicas ou em constante luta para superá-los, uma vez que, ao responderem nossos questionamentos falaram de forma espontânea a respeito do tema.

No entanto, notamos que um deles, em certas questões afirmava logo que não é um alcoolista, então apesar do mesmo responder todas as questões sem nenhum problema, observamos que talvez ele não se sentisse confortável para falar de si mesmo no que se refere ao uso abusivo de bebidas alcoólicas.

Percebemos o quanto são importantes as ações institucionais para o enfrentamento dos problemas relacionados ao uso abusivo do álcool, até porque sabemos que o uso do álcool é cultural, sendo permitido em quase todas as sociedades do mundo (BRASIL, 2003, p. 12), Então, é um trabalho que deve ser realizado constantemente na busca de resultados positivos.

Um ponto que observamos foi que em alguns casos, tal demanda (relacionada ao alcoolismo) é uma solicitação da própria instituição, ou seja, observamos que há uma preocupação do 2º BPM com os seus servidores, pois ao perceberem mudanças comportamentais nestes, realizam encaminhamentos para o Serviço Social e/ou Psicologia e, se necessário, também firmam parceria com a Junta Médica do Comando Geral em João Pessoa, para o acompanhamento dos usuários e desenvolvimento de trabalhos com os mesmos referentes ao uso abusivo de álcool, bem como de outras drogas. Sendo assim, notamos que a Instituição não se mostra apática diante de tal situação

Porém, torna-se necessário trabalhar mais com a questão da prevenção, pois notamos que a Assistente Social tem acesso ao caso quando o mesmo já está avançado, o que torna o trabalho mais complicado. No que se refere a esta questão da prevenção

Deve ser estimulado o desenvolvimento de ações de prevenção nas escolas, locais de trabalho, sindicatos e outras associações. [...] Educar a população é fundamental, pois promove a redução dos obstáculos relativos ao tratamento e à atenção integral voltada para os consumidores de álcool, aumentando a consciência coletiva sobre a frequência dos transtornos decorrentes do uso indevido de álcool e drogas (BRASIL, 2003, p. 20).

Desse modo, as questões que envolvem o uso abusivo de álcool e outras drogas devem cada vez mais invadir o âmbito das instituições (inclusive aquelas estrategicamente chamadas para desenvolver ações de prevenção e combate a tal problemática), pois vimos que este é um problema que afeta grande parte da população, independente de sexo, cor, classe social; e traz consequências graves para a vida do indivíduo como também, daqueles que convivem com o usuário, tanto em casa, como no trabalho, ou seja, em qualquer espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Pública através de suas ações tem assumido um papel importante no que se refere às questões que envolvem o uso abusivo de álcool e outras drogas. No entanto, constatamos que, embora exista a preocupação de algumas instituições de Segurança Pública (a exemplo do 2º BPM de Campina Grande) com o referido problema, percebe-se que o uso abusivo de álcool e outras drogas perpassa também os profissionais que atuam nessa área, trazendo danos para a sua vida tanto nos aspectos sociais, como profissionais, pois como identificamos no presente estudo, muitos passam a se comportar de maneira diferente da convencional ou faltar no trabalho.

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, constatamos que os sujeitos entrevistados desenvolveram o uso abusivo de bebidas alcoólicas porque buscaram nas mesmas uma forma de fugir dos seus problemas familiares ou profissionais; alguns começaram a beber por influência de outras pessoas, e ainda há os que bebiam para se inserir em determinado grupo social. Desse modo, eles foram tomando gosto pela bebida, passando, inclusive, a beber frequentemente até tornarem-se dependentes de tal substância.

Verificamos que quando estes sujeitos vem receber apoio para o enfrentamento do problema, muitos já se encontram em um quadro avançado e/ou quando percebem que os mesmos não vão conseguir sozinhos enfrentá-lo.

Apesar das ações desenvolvidas pelo Serviço Social do 2º BPM, com os outros setores, estarem repercutindo de forma positiva no que se refere ao acompanhamento dos Policiais entrevistados, notamos que é necessário que as instituições passem a elaborar e desenvolver medidas voltadas para a prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas, a fim de contribuir com a diminuição deste problema que atinge tantas pessoas nos mais variados espaços da sociedade.

Consideramos que o assunto abordado no referido estudo ainda é pouco discutido, daí a necessidade de elaboração de outros trabalhos acerca desta temática. Neste sentido, o presente estudo, muito mais do que trazer respostas, veio a levantar novas indagações e impulsionar debates mais aprofundados sobre a relação entre alcoolismo e a polícia neste contexto de barbárie do capital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Frederico de Oliveira; OMENA, Larissa Paes de. **Saúde do trabalhador: o alcoolismo como sintoma do sofrimento dos Policias Militares de Alagoas**. Maceió, 2007.
- ARAÚJO, Maria Alana Albuquerque. **Contextualização do campo de estágio: 2º Batalhão de Polícia Militar**. Campina Grande, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BRASIL. **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.
- BRASIL. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do ministério da saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/porta1/pdf/unidades/procuradoria_geral/nicceap/legis_armas/Legislaao_completa/Plano_Nacional_de_Seguranca_Publica_2000_2002.pdf>. Acesso em: 21 set. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2009.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas: cartilha álcool e jovens**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011c.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011a.
- CARDOSO FILHO, Pedro. **Álcool e drogas ilícitas**. João Pessoa: Autores Associados, 2001.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.14, n.1, jan./jun. 2011.

COSTA Arthur; GROSSI, Bruno C. Relações intergovernamentais e segurança Pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, v. 1, 2007.

FACCIO, Gilvane. **Alcoolismo**: um caso de saúde pública uma revisão bibliográfica sobre a dependência do álcool no Brasil. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15412/000678030.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 set. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Álcool mata mais que Aids, tuberculose e violência, diz OMS**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/874121-alcool-mata-mais-que-aids-tuberculose-e-violencia-diz-oms.shtml>> Acesso em: 24 abr. 2012.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, n. 5, ago./set. 2009.

GUEDES, Deusimar Wanderley. **Drogas, família e escola**: a informação como prevenção. João Pessoa: Autores Associados, 2003.

GUERRA, Yolanda. Direitos sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio (Orgs.). **Ética e Direitos**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea Nova de Serviço Social).

LARANJEIRA, Ronaldo; MARQUES, Ana C. P. Roselli; ROMANO, Marcos. Possibilidades de controle social dos problemas relacionados ao consumo de drogas: álcool, o melhor exemplo. In: VIEIRA, Mariana. **Atualização de conhecimento sobre redução da demanda de drogas**. SEAD, 2004.

LESSA, Cláudio. **O que leva uma pessoa a usar drogas?** Disponível em:
<www.observadorpolitico.org.br/grupos/drogas/forum/topic/o-que-leva-uma-pessoa-a-uastr-drogas>. Acesso em: 23 abr. 2012.

NERY FILHO, Antônio; MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli. A droga na sociedade. In: VIEIRA, Mariana. **Atualização de conhecimento sobre redução da demanda de drogas**. SEAD, 2004.

SILVA JUNIOR, Dequex Araujo. Segurança pública como cultura de controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 4, n. 7, ago/set. 2010.

SOARES; Luiz Eduardo. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, ano 61, set./dez. 2007.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. **Despesas com tratamento de doenças causadas ou agravadas pelo álcool**: análise de propostas para seu financiamento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da Pesquisa: ÁLCOOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: um estudo realizado no 2º batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB

Pesquisador (a) Responsável: Rozimar de Araújo Sousa

ENTREVISTA N.º. _____

- **PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS:**

Idade: _____ **Sexo:** Masculino () Feminino ()

Estado Civil:

() solteiro () casado
() divorciado () outros _____

Escolaridade:

() fundamental incompleto () superior incompleto
() fundamental completo () superior completo
() médio incompleto () médio completo

Renda Salarial:

() menor de 1 SM () 2 a 3 SM () outros
() 1 a 2 SM () 3 a 4 SM

Nº de dependentes:

() sim. Quantidade: _____ () não

Tempo de serviço:

De 6 meses a 1 ano () de 1 a 5 anos () de 5 a 10 anos ()
de 10 a 15 anos () de 15 a 20 anos () de 20 a 25 anos ()
de 25 a 30 anos () Acima de 35 anos ()

- **PERGUNTAS:**

- 1) Como você entende o alcoolismo?
- 2) Você se considera bem informado com relação ao tema alcoolismo?
- 3) Você convive com muitas pessoas que consomem bebidas alcoólicas frequentemente?
- 4) Com que idade você ingeriu bebidas alcoólicas pela primeira vez?
- 5) Onde você bebeu pela primeira vez?

- 6) Com que frequência você consome bebidas alcoólicas?
- 7) O que levou você a ingerir bebidas alcoólicas?
- 8) Você tem encontrado dificuldades de se relacionar com as outras pessoas por causa da bebida? Quais?
- 9) Você tem faltado ao trabalho devido ao uso de bebidas alcoólicas ?
- 10) Que motivos levaram você a procurar o setor de Serviço Social desta instituição?
- 11) O que você espera com o controle do uso abusivo do álcool?

Campina Grande/PB, _____, _____, 2012.

ANEXOS

ANEXO A 6 COMITÊ DE ÉTICA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB**



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA


Profª Dra. Denúncia Pedross da Anísia
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER DO RELATOR: (05)

Número do Protocolo de Parecer emitido pelo CEP-UEPB:0092.0.133.000-12

Data da 1ª. relatoria: 13/06/2012

Data da 2ª. Relatoria: 20/06/2012

TÍTULO: Álcool e dependência química: um estudo realizado no 2º. Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB.

Apresentação do Projeto: O presente projeto visa abordar a questão do alcoolismo no 2º. Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB, buscando compreender os motivos que levaram os policiais militares a desenvolverem a dependência do álcool. Espera-se com a realização da pesquisa contribuir com a ampliação do debate acerca do uso indevido de álcool na referida instituição, tendo em vista que a questão é um problema sério que deve ser enfrentado não de forma individual, mas coletivamente, pois consiste em uma doença grave, um problema de saúde pública.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do projeto é: Analisar como os policiais militares do 2º. Batalhão da Polícia Militar de Campina Grande-PB desenvolveram o uso abusivo do álcool.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando os objetivos e o exposto na metodologia, cuja entrevista consistirá da

aplicação de questionário e gravação da mesma, percebe-se que não haverá riscos para o sujeito da pesquisa. Com a realização da pesquisa os benefícios traduzem-se na contribuição e ampliação do debate acerca do uso indevido de álcool, tendo em vista que a questão é um problema de saúde pública e que deve ser enfrentado de forma coletiva.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto encontra-se bem estruturado, com aspectos metodológicos satisfatórios para uma pesquisa científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta os Termos exigidos.

Recomendações:

O projeto encontra-se em sua segunda apreciação ética e as questões sugeridas: Inclusão nos Procedimento Metodológico - item "Aspectos Éticos", deixar claro que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o entrevistado e a outra com o pesquisador. No TCLE é necessário que fique claro que o sujeito da pesquisa autoriza a gravação da mesma, foram acatadas pelos pesquisadores responsáveis pela execução do referido estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto considero o projeto reavaliado e considerado Aprovado. Salvo melhor juízo.

Situação do parecer:

Aprovado ()

Pendente ()

Retirado () – quando após um parecer de pendente decorre 60 dias e não houver procura por parte do pesquisador no CEP que o avaliou.

Não Aprovado ()

Cancelado () - Antes do recrutamento dos sujeitos de pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PROREITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Prof.ª Dra. Dornília Pedrosa da Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa